

**HABEAS CORPUS Nº 542.010 - MG (2019/0321156-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : GIOVANA MARIA GONCALVES LEAL  
**ADVOGADO** : GIOVANA MARIA GONCALVES LEAL - MG113540  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : WILLIAN MARTINS DA SILVA FERREIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de WILLIAN MARTINS DA SILVA FERREIRA, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que denegou o *writ* de origem, em acórdão assim ementado (fl. 19):

EMENTA: HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE DROGAS, POSSE DE ARMA, ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR, ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO - EXCESSO DE PRAZO - NÃO CONFIGURADO. Os prazos indicados para a consecução da instrução criminal não resultam de mera soma aritmética, servindo apenas como parâmetro geral, uma vez que variam conforme as peculiaridades de cada processo, observando-se ainda, o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade.

O paciente teve sua prisão em flagrante convertida em preventiva pela prática dos delitos previstos no art. 311 e art. 288, ambos do Código Penal, e art. 16 da Lei nº 10.826/03.

Neste *writ*, busca-se a revogação da prisão preventiva, sob a alegação de ausência dos requisitos autorizadores da segregação cautelar e excesso de prazo.

A liminar foi indeferida.

As informações foram prestadas.

O parecer do Ministério Público foi pelo não conhecimento da impetração ou, caso conhecida, pela denegação da ordem.

Na origem, o processo nº 0389394-02.2016.8.13.0145 encontra-se com os autos conclusos para julgamento desde 11/11/2019, conforme informações processuais eletrônicas disponíveis em 27/11/2019.

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos exigidos

pelo art. 312 do CPP.

A decisão de prisão preventiva restou assim fundamentada (fls. 43/44):

No caso dos autos, em tese, os conduzidos, juntamente com outros flagrados Willian, Júlio César, e outro indivíduo ainda desconhecido, que conseguiu empreender fuga, encontravam-se reunidos, em uma residência localizada na rua Família Real, nº. 69, bairro Dias Tavares, organizando e planejando a prática de crimes, sendo com eles encontrada e arrecadadas 1 (uma) escopeta, calibre 12, com sinais de possível adulteração, devidamente municiada, 75 (setenta e cinco) munições de fuzil, calibre .223, 1 (uma) pistola .40, com numeração legível, 1 (uma) pistola .9mm, com numeração raspada, 2 (dois) revólveres, sendo um .357 e um .38, além de diversas munições de diferentes calibres, 4 (quatro) toucas tinja, além de 1 (um) veículo RENAULT/ CLIO, cor branca, placa OYD -5248, da cidade de Vitória/ES. Porém, em pesquisa realizada, verificou-se que este veículo seria furtado/roubado, procedente da cidade de Vila Velha/ES, sendo sua placa original PPG -2336.

Cumpre destacar também que, **pela análise da CAC e da Folha de Antecedentes Criminais, acostadas aos autos, vê-se que, os conduzidos foram colocados em liberdade, no mesmo dia, mas voltaram a praticar crimes pouco mais de 9 (nove) meses depois de terem sido soltos, o que demonstra que não se importam e não respeitam a justiça e as normas de convivência social, além de serem pessoas voltadas para o cometimento de crimes.**

**A evidente reiteração de crimes, por si só, é justificativa para a manutenção da custódia cautelar, assim, entendo necessária a decretação da prisão preventiva, como garantia da ordem pública.**

Além disso, porte ilegal de arma de fogo é modalidade criminoso de extrema gravidade, necessitando de providências urgentes por parte das autoridades constituídas, para que não caiam elas em descrédito com a população.

Assim, estando evidente o risco à ordem pública e a instrução criminal, entendo necessária a decretação da prisão preventiva.

A materialidade e a autoria do delito estão devidamente caracterizadas, a ponto, inclusive de autorizar a decretação da prisão cautelar. Por outro lado, é de se registrar que os crimes, em tese perpetrados, são apenados com penas privativas de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos.

Do exposto, presentes os requisitos constantes do art 312, CPP, na forma do art. 310, II, do mesmo diploma, revelando-se inadequadas e insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão incabível a liberdade provisória, **CONVERTO A PRISÃO EM FLAGRANTE EM PRISÃO PREVENTIVA**, para garantia da ordem pública, por conveniência da instrução criminal e para aplicação da lei penal.

Como já adiantado no exame da liminar, o decreto prisional apresentou fundamentação concreta com base na reiteração delitiva, pois o paciente e os demais corréus *foram colocados em liberdade, no mesmo dia, mas voltaram a*

*praticar crimes pouco mais de 9 (nove) meses depois de terem sido soltos, o que demonstra que não se importam e não respeitam a justiça e as normas de convivência social, além de serem pessoas voltadas para o cometimento de crimes.*

Esta Corte tem compreendido que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

No mais, sabe-se que o prazo para a conclusão de julgamento de ação penal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, sendo imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais.

É uníssona a jurisprudência desta Corte no sentido de que o constrangimento ilegal por excesso de prazo só pode ser reconhecido quando seja a demora injustificável, impondo-se a adoção de critérios de razoabilidade no exame da ocorrência de constrangimento ilegal.

Na hipótese, conforme análise dos autos e do andamento processual constante do endereço eletrônico do Tribunal de origem, constata-se que o paciente foi preso em 30/11/2016.

A denúncia foi oferecida em 7/3/2017, sendo recebida em 14/8/2017, de modo que, daí em diante, várias audiências foram designadas e realizadas ou remarcadas, com a interposição de diversos recursos, com pedidos de revogação da prisão, com a expedição de cartas precatórias, entre outras diligências processuais.

Nesse contexto, verifica-se que o feito esteve em constante movimentação, seguindo a sua marcha regular, figurando 11 réus em seu polo passivo e já com os autos conclusos para julgamento, desde 1º/11/2019, após a conclusão de várias diligências e requerimentos das partes, não se verificando desídia por parte do Estado.

Ademais, apesar de o recorrente estar preso desde 30/11/2016, a custódia cautelar, no momento, não se revela desproporcional às penas em abstrato do delito a ele imputado.

É uníssona a jurisprudência desta Corte no sentido de que o constrangimento ilegal por excesso de prazo só pode ser reconhecido quando seja

a demora injustificável, impondo-se adoção de critérios de razoabilidade no exame da ocorrência de constrangimento ilegal.

Não constatada mora estatal em ação penal onde a sucessão de atos processuais infirma a ideia de paralisação indevida da ação penal, ou de culpa do Estado persecutor, não se vê demonstrada ilegalidade no prazo da persecução criminal desenvolvida. Nesse sentido:

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO E TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. CONDENAÇÃO À PENA DE 15 ANOS E 2 MESES DE RECLUSÃO. EXCESSO DE PRAZO PARA REMESSA DOS AUTOS E JULGAMENTO DO RECURSO DE APELAÇÃO. INOCORRÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. ORDEM DENEGADA.

**1. A lei processual não estabelece um prazo para o julgamento do recurso de apelação criminal, que deve ser analisado à luz do princípio da razoabilidade, a fim de se verificar a ocorrência ou não de constrangimento ilegal. Sabe-se que eventual atraso no andamento do feito, por si só, não caracteriza excesso de prazo.**

2. No caso, após interposição do recurso no prazo legal, em 2/3/2017, houve renúncia ao patrocínio, silenciando o paciente às intimações para constituir novo advogado, tentativa que se renovou inclusive através de seus familiares. Assim, não há falar em desídia por parte do Poder Judiciário ou em demora injustificada no andamento do feito, que sofreu desmembramento e aguarda, por ora, contrarrazões do Ministério Público.

3. Habeas corpus denegado, com recomendação de celeridade ao Tribunal de origem. (HC 476.660/PE, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 12/02/2019, DJe 19/02/2019).

No mais, ainda que fosse verificada a demora no julgamento da ação penal, no que tange ao alegado excesso de prazo, estaria prejudicada a discussão, pois, segundo o verbete da Súmula 52 desta Corte Superior, *in verbis*: encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*, recomendando-se, porém, celeridade no julgamento da ação penal n. 0389394-02.2016.8.13.0145/MG.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator